



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

RESOLUÇÃO Nº.: 084 /2014  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO  
187ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 09/10/13  
PROCESSO Nº.: 1/2544/2010  
AUTO DE INFRAÇÃO Nº.: 201008274-9  
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA  
RECORRIDA: LIEBE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA  
AUTUANTE: Elton Vianney Diogo  
MATRÍCULA: 497736-1-7  
RELATOR: Conselheiro Filipe Pinho da Costa Leitão

**EMENTA:** ICMS – 1. REMETER MERCADORIA ACOBERTADA POR DOCUMENTO FISCAL INIDÔNEO. 2. A autuada remeteu mercadoria acobertada por documento fiscal inidôneo, tendo em vista que o preço destacado na nota fiscal não refletia o valor corrente praticado no mercado. Recurso oficial conhecido e não provido. 3. Auto de infração julgado **IMPROCEDENTE**, por unanimidade de votos, tendo em vista que as diferença entre os preços constantes na nota fiscal não possui o condão de acarretar a inidoneidade do documento, conforme o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. 4. Confirmada a decisão de improcedência proferida em primeira instância. 5. Decisão amparada na composição probatória dos autos e no art. 25, § 8º do Dec. nº 24.569/97.

**RELATÓRIO**

A peça fiscal submetida a nosso exame tem o seguinte relato:  
*“Remeter mercadoria com documento fiscal inidôneo. A autuada emitiu nota fiscal nº 9252 destinada a empresa Lojeita Confecções LTDA, CNPJ nº 10744722000104. Declarando preços das mercadorias abaixo do normalmente praticado no mercado do consumidor para estas mercadorias da mesma qualidade, notadamente verificado no próprio site da autuada onde traz espaço de preços mínimos (a partir), tornando a nota fiscal inidônea.” (sic)*



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

Após indicar os dispositivos legais infringidos o agente fiscal aponta como penalidade o art. 123, inciso III, alínea “a” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

Desse modo, tem-se o seguinte demonstrativo elaborado pelo agente fazendário concernente ao presente Auto de Infração:

**DEMONSTRATIVO**

Base de Cálculo	R\$ 30.533,76
Alíquota	17,00 %
ICMS (principal)	R\$ 5.190,73
Multa	R\$ 9.160,12
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 14.350,85</b>

Anexos aos autos estão os seguintes documentos:

- Protocolo de Entrega de AI/Documentos nº 2010.02900 às fls. 03;
- Informações Complementares ao Auto de Infração às fls. 04/06;
- Certificado de Guarda de Mercadorias nº 284/2010 às fls. 07;
- Nota Fiscal de Saída às fls. 08;
- Documentos às fls. 09/10;
- Termo de Juntada e AR referente ao Auto de Infração às fls. 11/12;
- Termo de Revelia e Despacho às fls. 13;
- Termo de Juntada concernente à defesa às fls. 14.

A contribuinte, às fls. 15/19, apresentou impugnação requerendo a **IMPROCEDÊNCIA** do Auto de Infração, tendo em vista que afirma que a acusação em liça é insubsistente, vez que a autuada aduz que as notas fiscais em tela já foram tributadas anteriormente, de modo que existe a aplicação de alíquota exclusivamente para efeito de crédito fiscal do adquirente.

Às fls. 27/30, temos o julgamento de primeira instância que decidiu pela **IMPROCEDÊNCIA** da presente ação fiscal, em razão da insubsistência dos argumentos colacionados pelo agente fazendário, os quais não são suficientes para embasar a acusação fiscal



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

em liça, haja vista que as quantidades e as demais informações constantes no documento fiscal são compatíveis com a operação realizada.

Por intermédio do parecer de Nº 285/2013 a Consultoria Tributária opinou pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, com vistas a confirmar a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do Auto de Infração, tendo em vista que os subsídios arguidos pelo agente fiscal não possuem o condão de consubstanciar a infração em tela, visto que a diferença existente entre os preços descritos na nota fiscal e os constantes no site da contribuinte não implicam na inidoneidade do documento fiscal.

É o RELATÓRIO.

**VOTO DO RELATOR**

Trata-se de recurso oficial interposto pela **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** em face de **LIEBE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA**, objetivando, em síntese, a reforma da decisão exarada na instância originária inerente ao auto de infração sob o nº. 201008274-9 na dicção da legislação processual vigente. O presente recurso preenche as condições de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

No processo *sub examine*, o contribuinte foi autuado por *remeter mercadoria acobertada por documento fiscal inidôneo*, haja vista que a nota fiscal de nº 9252 apresenta declarações inexatas quanto ao preço da mercadoria, o qual estava identificado de forma diferente no site da autuada.

**1. DA PRELIMINAR DE NULIDADE**

Não há preliminares de nulidade a serem examinadas, vez que não existem matérias cognoscíveis de ofício a serem questionadas, motivo pelo qual passo a conhecer diretamente do *meritum causae*.

**2. DO MÉRITO**



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

Em análise acurada do caderno processual observa-se que a contribuinte foi acusada por remeter mercadoria acobertada por documento fiscal inidôneo, em virtude de o referido documento fiscal apresentar declarações inexatas quanto ao preço das mercadorias, o qual estava inferior ao valor praticado no mercado.

No entanto, impende salientar que o referido documento fiscal não pode ser considerado como inidôneo apenas com respaldo na citada diferença de valores existente entre o preço das mercadorias constantes na nota fiscal e no site da autuada, tendo em vista que a empresa possui discricionariedade para estabelecer seus próprios critérios de venda, de modo que esteja de acordo com os ditames expressos pelo art. 25, § 8º do RICMS, senão vejamos:

*Art. 25. A base de cálculo do ICMS será:*

*(...)*

*§ 8º - A base de cálculo do imposto não será inferior ao preço da mercadoria adquirida de terceiro ou ao valor da operação anterior, bem como ao custo da mercadoria, quando produzida ou fabricada pelo próprio estabelecimento, salvo motivo relevante, a critério da autoridade fazendária competente do seu domicílio fiscal.*

Neste sentido, verifica-se que o referido documento fiscal não se encontra em desacordo com o disposto na legislação tributária, vez que não descumprir o art. 131 do RICMS, bem como seus incisos, posto que não há declarações inexatas que possam corromper os requisitos de validade e de eficácia constantes na nota fiscal ora em tablado, vez que esta não foi expedida com dolo, fraude ou simulação, e nem foi emitida por contribuinte fictício.

No tocante à acusação de que a empresa estaria realizando subfaturamento de mercadorias, a qual consiste na emissão de documento fiscal com preço abaixo do mercado com o intuito de reduzir o valor de imposto a recolher, verifica-se que tal alegação merece cair por terra, posto que não há como presumir tal infração somente por meio de fiscalização em trânsito, de tal sorte que é necessário uma auditoria fiscal no referido estabelecimento comercial para apurar acerca da mencionada imputação.

No entanto, impende salientar que o autuante não realizou auditoria fiscal para apurar acerca do subfaturamento das mercadorias, o que enseja a descaracterização da referida acusação, vez que a mera suposição de subfaturamento de mercadorias não é suficiente



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT

para caracterizar a infração, tendo em vista que é necessário a colação de provas cabais concatenadas as alegativas fiscais, o que não ocorreu no caso em deslinde.

Desse modo, constata-se que o documento fiscal examinado não apresenta motivo de inidoneidade, posto que guarda perfeita consonância com a operação realizada, haja vista que a disparidade verificada entre os preços não possui o condão de embasar a acusação fiscal em epígrafe.

Diante das circunstâncias expostas depreende-se que foi irregular considerar como inidônea a documentação em baila, devendo, portanto, ser confirmada a declaração de improcedência proferida em julgamento singular, para que, assim, a justiça fiscal prepondere.

### 3. DO VOTO

*Ex positis*, voto pelo conhecimento do recurso oficial, negando-lhe provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância, de **IMPROCEDÊNCIA** do feito fiscal, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.




**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria da Fazenda*

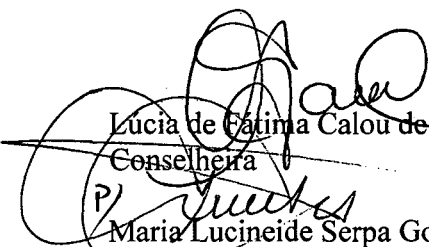
**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT**

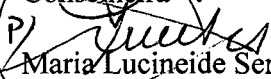
**DECISÃO**

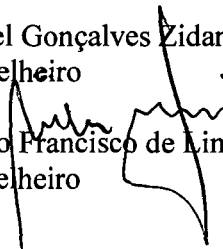
Vistos, relatados e discutidos os autos em que é recorrente a **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **LIEBE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA.** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância, de **IMPROCEDÊNCIA** do feito fiscal, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 16 de 01 de 2014.

  
Valter Barbalho Lima  
Presidente (*em exercício*)

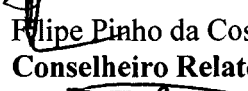
  
Lucia de Fátima Calou de Araújo  
Conselheira

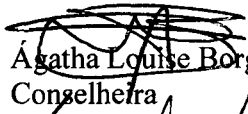
  
Maria Lucineide Serpa Gomes  
Conselheira

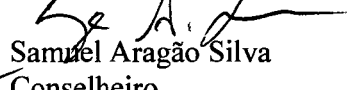
  
Rafael Gonçalves Zidan  
Conselheiro

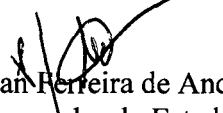
  
Abílio Francisco de Lima  
Conselheiro

  
Cícero Roger Macedo Gonçalves  
Conselheiro

  
Filipe Pinho da Costa Leitão  
**Conselheiro Relator**

  
Ágatha Louise Borges Macedo  
Conselheira

  
Samuel Aragão Silva  
Conselheiro

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
Procurador do Estado